

Caiado reage: vamos no corpo a corpo.

O presidente da UDR anunciou que irá somar esforços com a Frente Nacional da Livre Iniciativa para reverter no plenário a reforma agrária aprovada.

Usucapião rural em até 50 hectares: aprovado. E, depois a confusão.

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem pela manhã, por 68 votos a sete e uma abstenção, a instituição do usucapião rural, aos cinco anos, em áreas não superiores a 50 hectares. Nas sessões da tarde e da noite, nada foi votado, pela falta de quórum para aprovação de destaques individuais. Mas, mesmo no plenário vazio, houve debates, e a figura central foi o sistema eletrônico de votação, colocado no banco dos réus.

E emenda do usucapião rural, de autoria do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), foi aprovada graças a acordo entre progressistas e conservadores e será incluída onde couber no capítulo da reforma agrária do substitutivo. Sua redação é a seguinte: "Todo trabalhador ou trabalhadora que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a 50 hectares, tornando produtivo por seu trabalho ou de sua família, e tendo nele sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita".

O acordo entre progressistas e parlamentares do centro aprovou outra emenda do deputado Vicente Bogo, suprimindo todo o artigo 220 do substitutivo, contrapartida à remessa, para a lei complementar, da questão da imissão na posse das áreas desapropriadas, aprovada ontem.

O artigo suprimido tem a seguinte redação: "A concessão de incentivos fiscais, para projetos agropecuários em novas fronteiras agrícolas, estará condicionada à transferência para lavradores do domínio de, no mínimo, dez por cento da área beneficiada, a fim de que seja utilizada para assentamento de pequenos agricultores, como participação supletiva da iniciativa privada no projeto de reforma agrária". A supressão era do interesse da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e foi aprovada por 75 constituintes.

A Comissão de Sistematização rejeitou emenda do senador e presidente do PSB, Jamil Haddad, reservando pelo menos 20% das propriedades rurais para produção de alimentos de primeira necessidade.

Passando ao exame do capítulo III (do Sistema Financeiro) foi rejeitada emenda do deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG), que submetia o controle dos juros ao Legislativo. Também não passou a emenda do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), suprimindo parâmetros para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Emenda do deputado petista Luiz Gu-



Fotografia: Júlio Fernandes

Caiado: uma pausa nos preparativos do leilão que vai financiar a campanha.

shiken — dispondo que o presidente do Banco Central só poderá ser indicado pelo presidente da República entre funcionários de carreira e eleito pelos demais servidores do estabelecimento — também foi rejeitada por 39 votos, contra 29.

Confusão

Para a sessão da tarde, restavam apenas destaques individuais (fora do acordo de lideranças). Mesmo assim, houve confusão: o deputado Gerson Peres (PDS-PA) interrompeu a votação, indignado, afirmando que não acionara seu botão no sistema eletrônico e, no entanto, seu nome aparecera no painel, com voto "sim". Gerson Peres afirmou que alguém utilizara seu código de votação ou, então, havia falha no computador.

"Não quero pôr em dúvida a palavra do deputado Gerson Peres, mas peço à Mesa que mande apurar o que está havendo, porque é estranho que isso só aconteça com ele. Está-se procurando criar dificuldades para as votações" — interveio o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ).

"Dou meu testemunho de que o deputado Gerson Peres chegou atrasado à sua cadeira e não votou" — disse Paulo Pimentel (PFL-PR).

"Também já votei duas vezes 'sim' e apareceu 'não' no painel" — declarou Eraldo Tinoco (PFL-BA).

José Costa (PMDB-AL) tomou a defesa do computador. "A luzinha que acende na bancada, indicando o voto (verde, sim; vermelho, não; amarelo, abstenção), é a mesma que acende no painel. Podem testar isso mil vezes que não haverá erro."

Afonso Arinos (PFL-RJ), que presidia a reunião, ouviu tudo, e decidiu: a culpa devia ser mesmo do computador. "As reclamações até agora produzidas — disse — não permitem levantar outras suspeitas. Parece caso de falha natural do sistema. É erro próprio da máquina, que não tem imaginação, nem sentimento, nem senso moral. É o grande problema da civilização tecnológica... quando estiver em votação o sistema de governo, vou fazer chamada nominal."

Em seguida, vieram outras reclamações mais sérias:

"A bancada do PMDB retirou-se do plenário" — protestou o deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ). "Estamos nos sentindo ultrajados com essa ausência indecorosa dos partidos majoritários."

Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) pediu a Afonso Arinos que encerrasse a reunião ou chamasse seus integrantes de volta ao plenário. "Como o principal já foi votado — disse — os líderes estão aí fora, discutindo a pauta de amanhã e nós estamos aqui apenas para cumprir o calendário e dar uma satisfação à imprensa. Temos mais o que fazer. Não é hora de ficarmos fazendo firula para a imprensa".

Hoje, a Comissão de Sistematização começa a votar o Título VIII (da Ordem Social), com oito capítulos e 42 artigos. O capítulo dos índios promete muita polêmica, pois condiciona "à autorização prévia do Congresso Nacional a exploração das riquezas minerais em suas terras após ouvidas as comunidades afetadas". Também é controverso o capítulo que trata da seguridade social e da estatização dos serviços de saúde.

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR) Ronaldo Caiado, prometeu, ontem, partir para o ataque após o revés sofrido junto à Comissão de Sistematização da Constituinte. "O projeto que foi aprovado pela Sistematização destrói o setor produtivo primário ao condicionar o direito da propriedade rural à função social da terra. A partir de agora vamos partir para um trabalho de corpo-a-corpo no Congresso Nacional e junto às bases daqueles que se dizem representantes do produtor rural e que os traíram", assegurou Caiado.

"Eu vou trabalhar 24 horas por dia para sensibilizar os constituintes de que uma ditadura como essa não pode ser implantada no campo", disse Ronaldo Caiado. Ele afirmou que a aprovação da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-PA) traz intranquilidade para o homem do campo por ser essa, segundo sua avaliação, "uma reforma agrária de cunho ideológico, quando ela deveria ser baseada em pareceres técnicos". Caiado disse, ainda, que tal como está concebida a reforma agrária representará um grande desestímulo à realização de novos investimentos no setor agropecuário.

O presidente da UDR nacional disse que a partir de agora os trabalhos da entidade irão se somar aos que vêm sendo realizados pela Frente Nacional da Livre Iniciativa. "Vamos reavaliar o quadro e adotar uma tática conjunta, inteligente e, sobretudo, levar esse trabalho às bases dos segmentos liberais da sociedade", disse Ronaldo Caiado. O principal objetivo dessa iniciativa conjunta, segundo ele, será acertada na primeira reunião da Frente Nacional da Livre Iniciativa que definirá data e local para a realização de uma grande manifestação, na qual a UDR acredita contar com a participação de cerca de dois milhões de pessoas.

"Essa manifestação reunirá todos os segmentos da sociedade que querem guardar sua independência com relação ao Estado", assegurou Caiado. Numa rápida avaliação da derrota sofrida pela entidade, o presidente da UDR nacional disse que um dos pecados da entidade foi o de confiar em políticos que colocam seus interesses pessoais acima dos compromissos assumidos com suas bases. Ele afirmou acreditar, no entanto, que essa derrota poderá ser revertida e disse acreditar que o

plenário da Constituinte se dará conta "do absurdo que foi aprovado pela Sistematização".

"Nós estamos fazendo um levantamento para saber quem são os liberais e quais defendem idéias estatizantes. Eu reconheço e respeito os adversários, mas tenho nojo do fisiologismo, dos traidores", disse ele, para acrescentar em seguida que a entidade não pode trabalhar com homens indefinidos e "grupos por eles comandados", numa clara alusão ao senador José Richa (PMDB-SP).

Ronaldo Caiado já vinha pretendendo tirar umas férias depois da definição do projeto de reforma agrária pela Sistematização mas seus planos mudaram radicalmente após a aprovação da emenda Jorge Hage. Ele garantiu que irá percorrer todo o País num trabalho minucioso junto às bases políticas. "Nós queremos falar o que as bases desejam e que os políticos temem dizer", afirmou. Indagado sobre se essa mobilização nacional já visava o plano futuro da Presidência da República, Caiado desconversou. Ele argumentou que enquanto permanecer na presidência da entidade, prefere não se apresentar a nenhum cargo eletivo. "Não acho que as bases concordariam", argumentou.

Quase perfeito

"Só falta uma maior proteção às pequenas e médias propriedades." Para o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, isso tornaria o texto constitucional perfeito. O ministro considera o texto aprovado na terça-feira pela Comissão de Sistematização bom, no geral, "o que não significa que do plenário não possa sair um texto ainda melhor". Essa melhoria, para Jader, estaria em incluir na Constituição algumas regras do Decreto-lei nº 2.363 do presidente Sarney, principalmente no que diz respeito à exclusão definitiva das pequenas e médias propriedades da reforma.

Para o ministro, entretanto, nada impede que no plenário, ou mesmo numa posterior legislação complementar, esse direito seja garantido. "Importante", considera o ministro, "foi garantir no texto constitucional o trecho do Estatuto da Terra, o vínculo a propriedade que à sua função social. Essa terra, portanto, nenhuma disso, se garantirá contrariar". "Essa decisão pode-